

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA:**

### **Trajetória de construção da educação no/do campo na Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões em Selvíria-MS<sup>1</sup>**

## **RELATO DE EXPERIENCIA:**

### **Camino de la construcción de la educación en el/del campo en la Escuela Municipal Rural São Joaquim Polo y Extensiones en Selvíria-MS**

Inêz Rezende de Souza<sup>2</sup>

Rosemeire Aparecida de Almeida<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este Relato de Experiência objetiva apreender o processo de construção da Educação no/do Campo na Escola São Joaquim. Para sua elaboração, foi priorizado o resgate histórico, tanto do processo educacional implantado na unidade escolar como dos processos extraescolares que contribuíram para configurar a escola que temos. A metodologia deste Relato é baseada em trabalho de campo para coleta de entrevistas, registro fotográfico e consulta aos documentos oficiais. Nesse processo de construção da Educação do/no Campo, há o destaque para as atividades de valorização do modo de vida rural como conteúdo curricular. Há, também, o resgate da minha “história de vida” como expressão cotidiana dessa vivência camponesa. Concluímos que a escola São Joaquim é referência em relação ao processo de ensino-aprendizagem voltado à Educação no/do Campo, uma vez que contribuiu (e contribui) na construção de conteúdos que permitem tanto a visibilidade como a manutenção da sobrevivência material, social e cultural do campesinato local, via percepção e problematização do aluno em relação ao campo em que vive e trabalha. Isso permitiu tornar o Projeto Político Pedagógico significativo para os protagonistas da comunidade escolar em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento; Selvíria; modo de vida rural; educação no/do Campo; escola.

**RESUMEN:** Este relato de experiencia tiene como objetivo presentar el proceso de la construcción de la educación en el/del campo en la Escuela São Joaquim. Para su desarrollo, fue priorizado revisión histórica tanto del proceso educativo implementado en la

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo.

<sup>2</sup> Especialista em Educação do Campo pela UFMS/CPTL. Correio eletrônico: inezrezendedesouza@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela UNESP e professora dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia. Professora orientadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo UFMS/CPTL. Correio eletrônico:raaalm@gmail.com.

institución como de los procesos extracurriculares que contribuyeron para establecer la escuela que tenemos. La metodología de este relato se apoya en el trabajo de campo para recoger entrevistas, documentación fotográfica y la consulta de los documentos oficiales. En el proceso de construcción de la educación en el/del campo, hubo énfasis en las actividades de valorización de la forma de vida rural como contenido curricular. También ha rescate de mi "historia de vida" como una expresión cotidiana de la experiencia campesina. Concluimos que la escuela São Joaquim es una referencia en relación al proceso de enseñanza-aprendizaje dirigido a la educación en el/del campo porque contribuyó (y contribuye) para crear el contenido que permiten tanto la visibilidad como el mantenimiento de la supervivencia material, social y cultural de los campesinos locales, a través de la percepción y cuestionamiento del estudiante en relación al campo que vive y trabaja. Esto permitió un proyecto político pedagógico significativo para los protagonistas de la comunidad escolar São Joaquim.

**PALABRAS-CLAVE:** asentamiento; Selvíria, la vida rural; educación en el/del campo; escuela.

## INTRODUÇÃO

*O que distingue o ser humano dos outros animais não é o dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, e sem ela também é impossível pensar, porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há. O pensamento portador de frutos é produzido a partir do que pode ser. É isso que nos reúne aqui, nesta sala, e é isso que reúne os homens de boa vontade em toda a parte. (SANTOS, 2003, p. 02)*

A Escola Municipal Rural São Joaquim – Polo e Extensões<sup>4</sup> foi implantada em 2010 e está localizada no Projeto de Assentamento São Joaquim, no Município de Selvíria–MS, atendendo educandos dos Projetos de Assentamentos Canoas, Alecrim, São Joaquim e fazendas circundantes. Oferece a Educação Básica do Campo nas três modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em um período intermediário.

A implantação da escola no município foi considerada um marco em relação ao processo de ensino-aprendizagem no campo, pois atendeu às reivindicações dos camponeses na época, referentes a uma modalidade de educação que fosse ao encontro do sujeito do campo.

---

<sup>4</sup>. Tratada neste trabalho também como Escola São Joaquim – identificação usada pela comunidade.

Este Relato de Experiência objetiva apreender o processo de construção da Educação no/do Campo da Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões, evidenciando fatos históricos e aprendizagens que estão sendo tecidas no tempo presente. Nesse sentido, cabe destacar que a autora deste Relato é parte constitutiva da realidade em análise, uma vez que, no presente momento, é diretora da referida escola e moradora na comunidade rural.

Para a elaboração desta exposição foi priorizado o resgate histórico tanto do processo educacional implantado na unidade escolar São Joaquim, como dos processos extraescolares que contribuem para configurar a escola que temos. Esses processos chamados de extraescolares se referem ao curso de Especialização em Educação do Campo e a vivência cotidiana como camponesa moradora da comunidade rural de Selvíria/MS.

Aqui se apresenta, também, experiência de conteúdos e metodologias formulados para se pensar um ensino-aprendizagem na escola no/do Campo. Essas práticas visam a auxiliar os professores(as) e gestoras, no sentido da construção curricular da escola que queremos.

Embora se tenha priorizado a escola para o entendimento do funcionamento do processo de ensino-aprendizagem, também foram considerados os debates extraescolares oriundos do curso de Especialização em Educação do Campo, que prioriza conteúdos voltados à compreensão do conceito de campesinato, da relação escola e espaço de vivência dos alunos, da construção do currículo campo-cidade e do resgate do capital cultural dos educandos, por exemplo, via estudo dos diálogos aluno-aluno e aluno-professor no espaço escolar.

A metodologia deste Relato é baseada em trabalho de campo para coleta de entrevistas, registro fotográfico e consulta aos documentos oficiais. A escolha dos entrevistados seguiu duas linhas: a primeira, por adesão dos alunos, a partir da exposição dos objetivos do trabalho junto às salas que compõem os ensinos fundamental e médio. A segunda, que constitui o universo dos pais de alunos e moradores da comunidade rural do entorno escolar, foi aleatória, tendo em vista dois critérios: prévio conhecimento dos moradores e o interesse da pesquisa, qual seja, entender o universo de vida e trabalho dos camponeses.

## EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: A HISTÓRIA FEITO “COISA E GENTE”

*Educação no campo: o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive. Educação do campo: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculadas à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART apud Almeida, 2013, p. 104)*

Encontro-me no ano de 2016 com o desafio de escrever um Relato de Experiência, o qual trata da implantação da Educação no/do Campo na Escola Municipal Rural São Joaquim – Polo e Extensões, em Selvíria/MS, como trabalho a apresentar ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Para falar da existência de uma cultura ou modo de vida rural, optei por resgatar minhas lembranças da roça, mesmo correndo o risco de cair em personalismo – a causa da Educação no/do Campo vale esse risco.

Resolvi começar com o relato sobre minha infância, passando pela vida escolar, permeando narrativas com fatos que me vieram à memória e que considero significativos para a Educação no/do Campo, num verdadeiro exercício de autoconhecimento.

Nasci em maio de 1969, na zona rural, à época, Município de Três Lagoas – MS, segundo minha mãe, quase às 18h, com ajuda de uma parteira, que se chamava Camila. Fui registrada pelo meu pai com o nome de Inêz Rezende de Souza.

Meu pai, um paraibano de Cajazeiras/PB, humilde, corajoso, justo; minha mãe, uma sul-mato-grossense de Campo Grande, família oriunda de Alagoas e Sergipe, digna de doçura, paciência e muita organização. Minha mãe sempre foi um grande exemplo de mulher, dedicada às causas, caprichosa com as conquistas. Meu pai, como todo bom nordestino muito rigoroso, mas sempre pronto a nos oferecer tudo de que precisávamos.

Sou a quinta filha (de um total de seis) do casal, Adeides Carolino de Souza, mais conhecido como Carriola, e Iracema Rezende de Souza. Morávamos, e ainda

moramos, numa fazenda que é herança dos meus avós maternos, e que teve meu pai e minha mãe como alicerces do que temos hoje, tanto material como espiritual.

Minha infância foi um tempo de grandes descobertas, de brincadeiras sadias e criativas, como bonecas feitas de sabugo de espigas de milho com lencinho na cabeça colorido de retalhos, bonecas de pano, muita casinha embaixo de copas de árvores, onde havia um fogão à lenha, cuidadosamente construído com pedaços de tijolos chamados de “bandas” e argila. Nele, preparávamos nossos almoços e doces de mamão e abóbora, e fingíamos puxar água do poço, que era uma lata enterrada no chão e que tinha um sarilho com barbante (uma lata pequenina descia até ao fundo do poço e puxava a água da lata maior – um movimento reproduzido a partir da nossa vivência).

Andávamos de pernas de pau, brincávamos de roda, bugalha, esconde-esconde, balançávamos nos galhos abertos das árvores (nosso *playground...*). Tempos de construção, invenção e imaginação da vida.

Vivi momentos felizes, ao lado das minhas irmãs e vizinhos próximos. Lembro-me de nossa família sempre reunida para o almoço, fartura, principalmente aos domingos, quando não faltavam o frango caipira, a polenta, o arroz socado no pilão, tudo quentinho sobre a chapa do grande fogão à lenha. Nesse lugar, vivenciei um período de liberdade para criar, correr e brincar.

Fui criada em uma família nuclear, em que o pai aparece como figura forte e dominante, na qual imperaram o sentimento da moralização e a preocupação com o preservar e o disciplinar, com a higiene e a saúde física (com exceção dos cortes e arranhões pela correria e brincadeiras).

A religiosidade sempre esteve presente, nas rezas e terços em nossa casa ou na casa de vizinhos, muitos quadros de santos na parede, muita crença em São Sebastião e em Nossa Senhora Aparecida, festas religiosas, mutirão para carpir roças ou fazer roçados e as Folias de Reis.

Aprendemos a responder aos chamados de nossos pais sempre com um “senhor” ou “senhora”. Hoje sei que o modo de educar não é o mesmo, o que me deixa encabulada. Muitos desses ensinamentos são questionáveis hoje, por se confundirem com sinais de machismo e subserviência, todavia, outrora eram entendidos como sinal de respeito.

Tanto meu pai quanto minha mãe sempre valorizaram o estudo e deram aos seis filhos o que podiam de igual forma.

Todavia, as duas filhas mais novas da família, que somos eu e a caçula, conquistamos novas possibilidades de acesso à escola, tendo concluído a formação em nível superior. Eu, em Pedagogia, pela Faculdade de Ilha Solteira (FAISA), turma de 2009; minha irmã, Cleide Rezende de Souza, graduada em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Mestre pela Universidade de Mato Grosso – hoje, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Fui à escola com seis anos, sala multisseriada, próxima à casa de meus pais, feita cuidadosamente de taipa e coberta de capim sapé e paredes barreadas pelas senhoras da colônia. Dona Cecília, minha primeira professora, viva até hoje, se esforçava para dar o melhor de si em nossa alfabetização. Não fiz pré-escola, pois em 1975, ano em que entrei na escola, essa modalidade não fazia parte do ensino básico em salas multisseriadas na zona rural.

A escola era muito simples, não me lembro da hora do recreio, e não tínhamos merenda escolar. As carteiras eram duplas e enfileiradas, com um pequeno quadro de giz na cor preta e um filtro de água em argila no fundo da sala. Lembro-me de que, às vezes, um carro chegava à escola e a professora nos dizia que era a diretora.

Éramos muitos alunos e a escola funcionava em dois períodos. Quando entrei na escola, já sabia escrever o meu nome, pois minhas irmãs mais velhas já frequentavam a escola e me ensinaram. Aprendi a ler primeiro do que escrever: primeiro as vogais, muito treino motor, posteriormente, as sílabas maiúsculas e minúsculas, seguidas de muita soletração. Posteriormente, as sílabas mais complexas.

A cartilha “Caminho Suave” foi minha companheira, minha Bíblia durante muito tempo. Minha alfabetização foi feita de forma mecânica, através de repetição, depois líamos na cartilha as palavras, frases e um pequeno texto. Fazíamos muita cópia da lousa ou, até mesmo, da própria cartilha, tudo em um único caderno para todas as disciplinas.



Quando iniciava a aula, a professora “tomava” a lição da sílaba estudada do dia anterior e a tabuada. Minha mãe todos os dias largava seus afazeres domésticos para nos acompanhar nas tarefas e nas lições de casa, frequentemente dizia: “Faça o melhor que puder”! Meu pai nos cobrava a tabuada com frequência e nos ensinava os algarismos romanos, por conta própria.

Estudei até a terceira série na zona rural e fui cursar a quarta série na cidade de Três Lagoas-MS, na Escola Estadual de 1º e 2º grau Afonso Pena; para isso, foi preciso morar com uma tia materna, Maria Lucia Rezende Fernandes (*in memoriam*). Lembro que chorava muito, até mesmo dentro da sala de aula. Para mim, a mudança foi um choque, tudo era muito diferente: o tamanho da escola, o número de professores, a quantidade de alunos, a ausência de minha família, o uso do uniforme obrigatório – que era uma camisa branca de percal, tendo no bolso o emblema da escola, uma saia com pregas no azul marinho, meias até o joelho brancas e congá azul. Apesar de tantas estranhezas, houve espaço para aproximações cidade-campo; nesse sentido, lembro-me da disciplina “Práticas Agrícolas”.

Apesar do choro, fui aprovada para a quinta série e continuei na mesma escola até a oitava série (hoje, nono ano), tempo de muitas amizades e conhecimentos. Terminado o Ensino Fundamental, fui fazer o antigo segundo grau, hoje Ensino Médio, na Escola Estadual de Pré-Escolar, 1º e 2º grau João Magiano Pinto (JOMAP), também em Três Lagoas-MS; o curso era Auxiliar de Patologia Clínica – com duração de três anos. Concluí o curso em 1985, com quinze anos.

Então, em 1989, voltei para o campo e comecei a lecionar como professora em uma sala multisseriada na Fazenda Canoas, Extensão da Escola Polo Nova Esperança, em anos posteriores, em outras salas de extensões do município.

Seguia o modelo tradicional, a concepção de escrita que tinha aprendido como aluna, onde a escrita é a mera representação da fala. O ler e o escrever eram atividades de pura codificação e decodificação, com grande preocupação com o método analítico ou sintético. Sem formação adequada, achava que estava certa e, apesar dos equívocos, consegui alfabetizar muitas crianças.

Guardo muitos desenhos, recados, cadernos e produção de textos dos meus ex-alunos dessa época. São, para mim, testemunho de que estive à frente de um

processo de ensino-aprendizagem significativo para os alunos, misto de conhecimento e amor. Nesse período, fui aprovada no vestibular para Biologia na UFMS – desisti em prol de outros sonhos.

Fiquei morando na casa dos meus pais e continuei lecionando no campo. Quando a escola era distante de casa, usava como transporte o cavalo – e experimentei junto com os alunos muitas dificuldades de ensino rural, em um processo que mesclava na mesma pessoa a condição de professora e moradora do campo.

Em 1999, tive a oportunidade de fazer o Curso Normal em Nível Médio, operacionalizado por meio do Projeto Pró-formação para professores que não tinham o Magistério, mas que estavam em sala de aula, com aulas presenciais na cidade de Dourados/ MS, no período de férias e com estudos em casa. No final de semana, com um professor tutor na sede do município, em Selvíria-MS. Foram dois anos até a conclusão do curso em 2000. Fiquei como professora em sala de aula até 2004.

No ano de 2005, fui nomeada Coordenadora da zona rural da Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Nova Esperança Polo e das salas de extensão: Jugui, Matão, Recreio, Rezende e Canaã. Em 2006, prestei vestibular para o curso de pedagogia na Faculdade de Ilha Solteira (FAISA), sendo aprovada em primeiro lugar.

Cursar uma faculdade foi de suma importância para o meu crescimento profissional e pessoal. Envolvida em busca de conhecimentos, superei momentos turbulentos da minha vivência pessoal e aprendi que, para ensinar, é preciso estar em constante atividade intelectual. A faculdade me oportunizou a participação em seminários de pesquisa em educação, diversos cursos e projetos de extensão.

Meu estágio supervisionado, obrigatório, e identificado como a parte dos cursos de formação profissional em contraposição à teoria, foi realizado em Três Lagoas-MS, numa escola municipal localizada no Bairro Paranapungá “Escola Municipal Senador Filinto Müller”. Em parceria com uma colega, fizemos na escola nosso trabalho de conclusão de curso (TCC), que teve como tema: “Projeto Político Pedagógico e Gestão Participativa: Que caminho é esse e a quem interessa?”.

Aprendi, durante os anos de graduação, que é preciso tirar as amarras de um



olhar comum e se vestir do olhar-pensante curioso diante do mundo. Acredito que a Educação deve formar sujeitos históricos, ativos, criativos, críticos, capazes de adaptar, transformar e reinventar a sociedade em que vivem. Portanto, o centro de qualquer reforma educacional deve ser o professor, pois é ele quem faz a ação educativa, no possível sucesso das reformas.

Atualmente, estou como diretora da Escola Municipal Rural São Joaquim – Polo e Extensões, Projeto de Assentamento São Joaquim, Município de Selvíria-MS. Acredito que apenas comecei a trilhar um longo caminho e que precisarei estar em constante formação em busca de novos conhecimentos.

Fui Coordenadora pedagógica do Programa Escola Ativa, voltado para uma metodologia das escolas no/do campo, meu primeiro conhecimento dessa política pública voltada para a população camponesa. O Programa Escola Ativa oferecia recursos de natureza pedagógica, no aprimoramento da tecnologia do trabalho educativo destinado a auxiliar o trabalho de educadores que atuavam com salas multisseriadas e superar, assim, a visão reducionista do campo.

Porém, o amadurecimento intelectual acerca da pertinência de uma Educação que valoriza o homem e a mulher do campo e resgata sua cultura de vida e trabalho veio agora, com o curso de especialização em Educação do Campo. Por meio dele, entendi que minha trajetória de vida se confunde com a escola no/do campo, sou parte dessa cultura que é objeto e sujeito do meu pensar pedagógico e da minha ação prática – misto de emoção e razão.

## BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM POLO E EXTENSÕES

A Escola Municipal Rural São Joaquim – Polo e Extensões, fundada em 2010, localiza-se no Assentamento São Joaquim, Município de Selvíria/MS, estrada MS 112 Km 56 (Figura 01).

Sua história tem início a partir da efetivação do assentamento de Reforma Agrária – P.A. São Joaquim. Esse projeto foi implantado em 2009<sup>5</sup>, com área

---

<sup>5</sup> Consta nos documentos do INCRA o ano de 2008 como data de criação do P.A. São Joaquim, todavia, os beneficiários entraram na área em 2009 – optamos por considerar a segunda data.

registrada de 2.641,37 ha, dividida em 181 lotes. É resultado da desapropriação da fazenda São Joaquim, considerada improdutivo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa fazenda tinha como proprietário o Sr. Misael Moreira e, posteriormente, o Sr. Rubens Justo Fernandes, morador da cidade de Garça/SP<sup>6</sup>.

A criação da escola, reivindicação dos assentados do Projeto de Assentamento São Joaquim, fez-se necessária para atender aos filhos dos assentados dos Projetos de Assentamentos São Joaquim, Alecrim, Canoas<sup>7</sup>, além dos filhos de funcionários e pequenos proprietários de fazendas do entorno.

Anteriormente à implantação da Escola São Joaquim, as crianças e adolescentes da área rural de Selvíria eram deslocados para escolas da zona urbana, processo que infligia desgaste físico e emocional aos educandos, em virtude da distância entre o espaço urbano e rural – um percurso de mais de seis horas, complementado pelas dificuldades de adaptação ao ensino urbano.

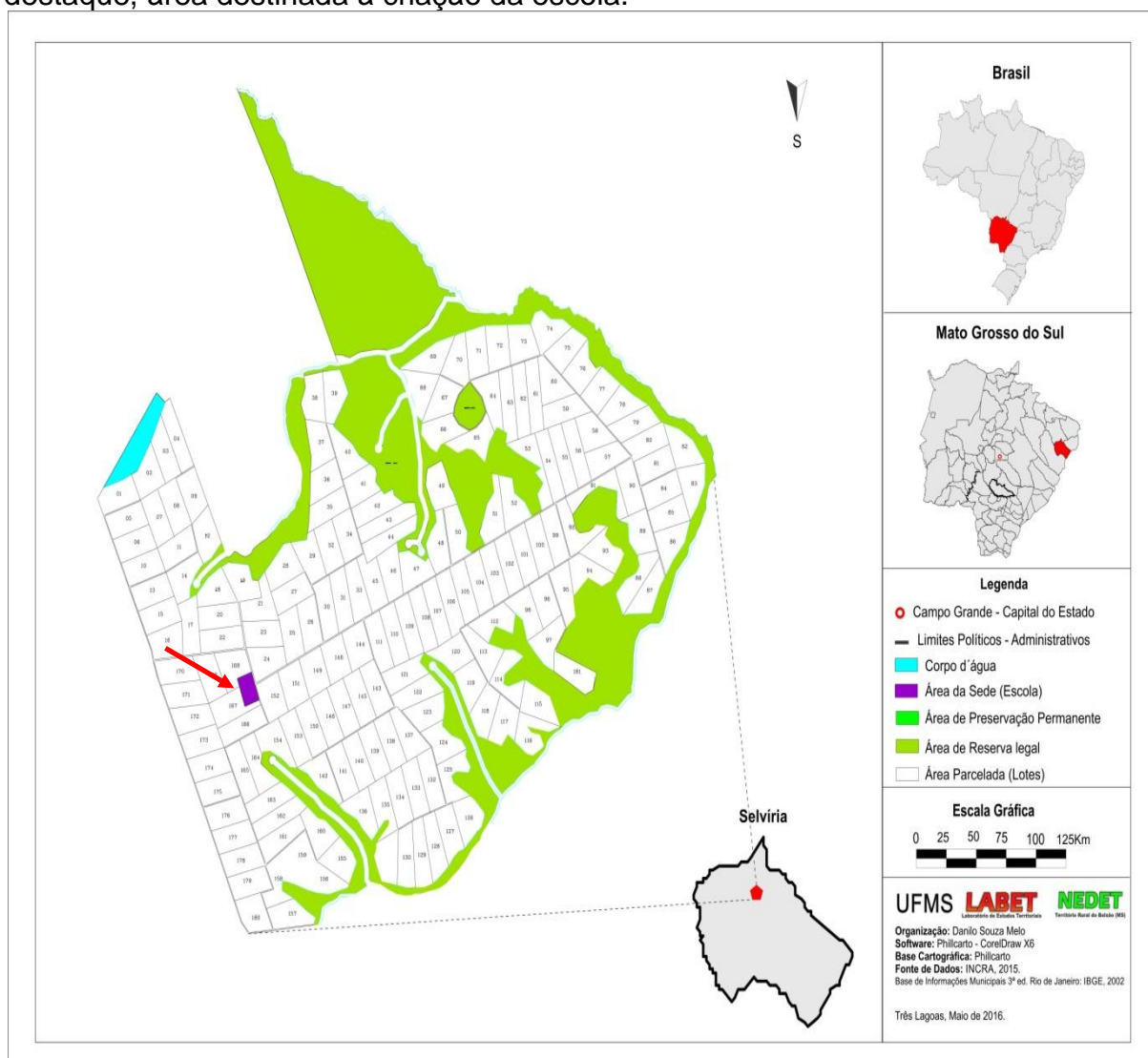
Esse deslocamento impunha acordar de madrugada e, devido às más condições das estradas, eram rotina os atrasos no retorno, bem como eram comuns as faltas em dias de chuva e o pouco rendimento nos estudos, uma vez que dificultava – ou até impedia – a execução das tarefas de casa.

---

<sup>6</sup> As informações foram retiradas do Projeto Político Pedagógico da EMR São Joaquim Polo e Extensões (2012), bem como da entrevista com o Sr. José Rozeno Filho (Popular Cazuza – realizada pela autora em Jan/2016).

<sup>7</sup> Os projetos de Reforma Agrária Alecrim e Canoas estão localizados no município de Selvíria-MS e as famílias entraram efetivamente na área em 2006 e 2010, respectivamente.

Figura 01 - Área do assentamento de Reforma Agrária P.A. São Joaquim. Em destaque, área destinada à criação da escola.



Fonte: INCRA, 2015

O conjunto desses obstáculos aumentava consideravelmente as possibilidades de evasão escolar – nesse sentido, vejamos um trecho de entrevista:

O estudo à distância era penoso, minha filha tinha 10 anos na época, saía de casa às 8 horas da manhã e chegava às 8 da noite; muitas vezes, quando o ônibus quebrava, chegava de madrugada com fome, sono e sede. A preocupação e o sofrimento dos pais eram constantes. Os alunos ainda enfrentavam problemas com a falta do transporte, pois o ônibus costumava quebrar e demorava para consertar. Essa época pra mim como mãe foi muito difícil, minha filha chorava pra estudar e reclamava muito, pois ficava atrasada em

relação aos colegas da cidade que não faltavam. Então, a Escola São Joaquim foi um sonho que se realizou na vida de todos aqui no campo, ainda existem vários desafios, porém alguns já foram realizados (M.G.G.L, 2016. Pesquisa de Campo da autora).

A referida escola recebeu o nome “São Joaquim” por razão da denominação da antiga fazenda (hoje assentamento) onde está localizada. No entanto, como instituição escolar, ela possui longa trajetória, que tem início na década de 1980, sendo que, ao longo do tempo, sofreu várias mudanças de endereço e denominação, conforme consta em decretos e deliberações.

Nesse contexto, é importante registrar que, inicialmente, a escola era denominada: Escola Municipal Rural de 1º grau “Nova Esperança” – Pólo localizado na fazenda Nova Esperança, município de Selvíria-MS.

Como dito, mediante a necessidade de atendimento à demanda de educandos, filhos dos assentados e fazendas circundantes, a Secretaria Municipal de Educação, com o apoio da Prefeitura Municipal de Selvíria, mantenedora desta unidade Escolar, instalou, em 2010, a Escola Polo. O endereço era a antiga sede da Fazenda São Joaquim, correspondente à área comunitária de 6 ha, cedida para implantação da escola por todos os membros da Associação dos agricultores do P.A. São Joaquim, em reunião lavrada em Ata (Figura 02).

Figura 02 – Escola Municipal Rural São Joaquim instalada na antiga sede da fazenda.



Fonte: Autora, 2012.

Portanto, a história da Escola Municipal Rural São Joaquim – Polo e Extensões está ligada à luta pela terra e pela Reforma Agrária na região de Selvíria, desencadeada pelos movimentos e organizações sociais. Logo, uma conquista que não beneficiou apenas os sem-terra, mas também os filhos de pequenos proprietários de fazendas e funcionários, ou seja, os povos do campo que lá vivem e trabalham com sua família, visando à sua sobrevivência material, social e cultural.

Em junho de 2015, é escrita outra página na trajetória da Escola São Joaquim, com a entrega do novo prédio para funcionamento da instituição, pela ação social da Empresa Eldorado Brasil (Figura 03). A escola conta também com uma sala de extensão multisseriada localizada na Fazenda Canaã e atende em média 300 alunos (oriundos dos Projetos de Assentamentos Alecrim, Canoas, São Joaquim e fazendas do entorno), nas três modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SÃO JOAQUIM



Segundo Bernardi (2013), desde os primórdios, a história dos povos sempre esteve correlacionada à ocupação e à exploração da terra e, simultaneamente, ao processo de produção. Todavia, a aquisição da terra, embora seja um dos bens mais fundamentais que o ser vivo dispõe, não é igualitária, ao contrário, é motivo de concentração nas mãos de poucos: situação que tem gerado conflitos históricos.

Figura 03 - Escola Municipal Rural São Joaquim - Novo prédio entregue em 2015



Fonte: Autora, 2016.

Diante de uma estrutura fundiária, até hoje concentrada no Estado de Mato Grosso do Sul, a luta pelo direito à terra se inicia na ocupação da fazenda Santa Idalina, no Município de Ivinhema, no princípio dos anos oitenta (ALMEIDA, 2013). No Município de Selvíria, de acordo com Laluce (2015), o movimento de luta pela Reforma Agrária se inicia em 2000, tendo como marco a mobilização dos trabalhadores pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município que acamparam às margens da rodovia MS 444, tendo como alvo a conquista das fazendas Morro Vermelho e Cizalpina, suspeitas de improdutivas e, portanto, passíveis de desapropriação. Na época, a fazenda Cizalpina pertencia ao italiano Luigi Cantoni (falecido em 1997).

O INCRA não conseguiu a desapropriação das fazendas e os acampados, oriundos de muitos municípios de Mato Grosso do Sul, que ali estavam por vários meses, desestimulados, voltaram para a zona urbana em busca de trabalho.

O movimento, aos poucos, foi enfraquecendo, porém, alguns otimistas e com grande esperança voltaram à luta e conseguiram conquistar o primeiro projeto de reforma agrária no município de Selvíria-MS. Em 2005, a fazenda Alecrim foi



desapropriada e o sonho da terra para 87 famílias se torna concreto por meio do Projeto de Assentamento Alecrim (Figura 04).

Figura 04 – Acampamento que deu origem ao PA Alecrim



Fonte: Acervo pessoal Simone Araujo, 2005.

O P.A. São Joaquim é o segundo projeto de Assentamento conquistado em Selvíria-MS, localizado a 58 quilômetros da sede do município (Foto 05). É composto por 181 famílias, conta com área média de 13 ha (KUDLAVICZ, 2015) e está localizado em uma região com longo histórico de pecuária de corte produzida de forma extensiva com baixa produtividade.

Historicamente, a região foi ocupada por latifúndios com pastagens mal implantadas e mal conservadas, em solos ácidos, com baixa fertilidade e compactado. Na atualidade, a maior parte dos latifúndios foi vendida ou arrendada para o plantio de eucalipto.

Figura 05 – Residência de um dos assentados do P.A. São Joaquim.



Fonte: Acervo pessoal de Clariana Rioja, 2014.

A população do Projeto do Assentamento São Joaquim, em sua maioria, é formada por famílias do Bolsão/MS<sup>8</sup>, organizadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI), via Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selvíria, e pela Comissão Pastoral da Terra-MS (CPT).

---

<sup>8</sup>Na história da região, o termo Bolsão-MS relaciona-se à identificação dos municípios fortemente ligados à pecuária de corte, a saber: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul. A partir de 2013, o termo passa a designar oficialmente a região por meio da denominação governamental: Território Rural do Bolsão Sul-mato-grossense.

O Assentamento ocorreu em áreas significativamente degradadas, dificultando a permanência na terra por parte dos assentados. Além disso, nos últimos anos, a região tornou-se interesse do grande capital vinculado às indústrias de papel e celulose com a implantação e ampliação de áreas de monocultivos de eucalipto (Figura 06). Além de cercar os assentamentos, impondo isolamento, o processo impede a implantação de outros, em vista da especulação da terra, fruto da corrida do eucalipto (ouro verde).

Figura 06 – Área de monocultivo de eucalipto localizada no entorno do PA São Joaquim.



Fonte: Autora, 2016.

Como é possível perceber na figura 06, o Assentamento São Joaquim está, literalmente, cercado pelos eucaliptos. A proximidade permite às empresas o uso da mão-de-obra dos assentados. Estes, por sua vez, com dificuldades de renda, veem nessas empresas a “tábua de salvação”. Porém, a situação cria um círculo vicioso, uma vez que a saída de adultos para trabalhar nos eucaliptos implica diminuição de braços nas atividades de produção no lote.

Situação muito preocupante, se considerarmos o sonho dessas famílias na luta pela terra, bem como o princípio da Reforma Agrária, que é fazer produtiva a terra desapropriada. Soma-se a isso a luta pela Educação no/do Campo, uma vez que a corrosão do modo de vida camponês implica esvaziamento do capital cultural que alimenta essa educação.



Portanto, uma das tarefas da Educação no/do campo é problematizar o avanço dos monocultivos discutindo temas como: concentração da terra, possível degradação das áreas naturais (APP; APL), crise da fauna local e contaminação por uso de agrotóxicos.

## PROCESSO DE CONQUISTA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A luta pela terra dos movimentos sociais no Brasil e a busca por políticas públicas voltadas a manutenção do homem no campo, no início do século XXI, gestam uma Educação do Campo: uma Educação que reconhece o campo como possibilidade e potencialidade de desenvolvimento humano (ALMEIDA, 2008).

Esse movimento por uma Educação do Campo é incorporado à legislação educacional do país, pela aprovação no Conselho Nacional de Educação das “Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo”, em 03 de abril de 2002 (ALMEIDA, 2008).

Como ressalta Fernandes (2001), quando nos referimos ao campo, estamos nos referindo a um território determinado por relações sociais de produção que o configura em propriedade: camponesa ou capitalista. Assim, a Educação do Campo é uma educação protagonista de quem constrói o território camponês, não é uma educação subalterna de quem sobrevive no rural ou de quem usa o campo para o lucro.

Portanto, uma política de Educação do Campo precisa considerar essa diferenciação de propriedade e, mais: contemplar a conflitualidade desses diferentes territórios, para poder formar pessoas conscientes deles e das realidades locais.

[...]A Educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, de ser *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, pp.23-24).

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO DO SUL

Segundo Almeida (2013), os dados do Censo Agropecuário do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em Mato Grosso do Sul, a terra está concentrada com poucos e privilegiados donos. A tabela 01 atesta essa verdade. Nela, percebemos que os estabelecimentos acima de 1000 ha que representam tão somente 10,18% (6.603 estabelecimentos) do total, possuem, no conjunto, 76,93% da área cadastrada no Estado.

Tabela 01 – Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul

<b>Censo Agropecuário MS - (2006)</b>				
<b>Classes de área (ha)</b>	<b>Nº de Estabelec.</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Menos de 1 a menos de 200	46.750	72,08	1.504.902	5,01
200 a menos de 1000	11.209	17,28	5.428.720	18,06
Acima de 1000	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Produtor sem área	300	0,46	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>64.862</b>	<b>100</b>	<b>30.056.947</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE *apud* Almeida, 2013.

O restante do território é dividido entre médias propriedades e propriedades camponesas (pequenos agricultores, assentados, quilombolas) que, apesar da pouca terra, tem uma participação significativa na agricultura familiar. Com destaque para a produção das lavouras temporárias, geração de posto de trabalho, com quase ou nenhum financiamento.

É esse o campo quase invisível, produtor de comida e de saberes, que a Educação do Campo em MS busca valorizar, por meio de conteúdos de vida e trabalho que possam compor o currículo de uma política educacional que reconhece a importância dos camponeses.

No MS, a política de Educação do Campo tem como mola propulsora a aprovação, em 2003, das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, reforçada com a Deliberação Nº 7111 do Conselho Estadual de Educação. A partir dessa conquista, foi preciso ressignificar quais os sujeitos dessa Educação e que Educação do Campo implementar-se-á em termos de currículo –

considerando como pressuposto que deveria ser um ensino específico e diferenciado da educação urbana, bem como sinal de superação do paradigma da educação rural – aquele em que educar era um “favor” concedido pelo fazendeiro aos filhos dos empregados nas grandes propriedades rurais.

De acordo com Kudlavicz e Almeida (2013), o Mato Grosso do Sul é uma das unidades federativas em que a Educação do Campo foi construída de forma efetiva, dada as ações prepositivas da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Visto que a CPT pressupõe a educação como instrumento de reprodução do campesinato, com escolas que contribuam na valorização das “coisas da roça”.

Conforme Almeida (2013), na delimitação do sul-matogrossense, no tocante aos sujeitos do campo, seu modo de vida e, em especial, à economia camponesa, é importante pensarmos nos homens e mulheres da Reforma Agrária, no MS. Público este que deve compor obrigatoriamente os objetivos e metas desta nova política educacional: a Educação do/no Campo.

O processo de industrialização, juntamente com o discurso urbanizador, não conseguiu sufocar as políticas públicas específicas para a Educação do Campo em Mato Grosso do Sul, fruto da pressão dos movimentos e organizações sociais que, em luta, exigiram que o Estado colocasse na pauta de sua agenda política essa problemática, assumindo que os camponeses são considerados trabalhadores rurais com valores e identidades próprias.

Como dito, no Estado, a questão da Educação do Campo passou a ser uma preocupação dos movimentos sociais, pois, além da luta pela terra e por políticas públicas de produção e comercialização, era preciso buscar escola para seus filhos.

Apesar da luta vitoriosa, é preciso registrar também que, durante décadas, o ensino no Estado foi desconstruído, pois o campo era tido como um lugar de atraso e essa ideia permeava toda a elite brasileira.

Portanto, é fundamental pensar em uma organização curricular significativa para os sujeitos do campo, sem deixar de ressaltar as carências dos espaços físicos, como: iluminação, saneamento, meios de comunicação, tecnologia, etc., além de material didático, paradidático e bibliotecas.

Entre os fatores de grande relevância, estão a qualificação e a valorização dos profissionais da Educação do Campo, por meio de formação continuada e da



remuneração adequada, que estimule uma prática desses profissionais. Não se pode esquecer da necessidade do acesso a transporte adequado, dentre outras, garantindo que seja respaldado por um Projeto Político Pedagógico elaborado por todos os segmentos da comunidade escolar e que seja singular de cada escola.

Caldart (2003, p.71) acentua que: “a escola do campo precisa ser ocupada pela pedagogia do movimento que forma os sujeitos sociais do campo”.

É dessa necessidade gritante, imposta por esse campo em movimento, que se romperam as cercas do latifúndio e da invisibilidade, que nasceram as experiências “das escolas de acampamento, dos cursos para formação de professores, da pedagogia da alternância, bem como a preocupação com o projeto pedagógico do campo e não mais para o campo” (PEREIRA; ALMEIDA, 2008).

Um grande desafio para o Estado de Mato Grosso do Sul, que vem ganhando o rótulo de Estado promissor do agronegócio da pecuária e do eucalipto, é o fortalecimento das comunidades rurais e das escolas no/do campo e isso só pode ocorrer num ambiente de políticas públicas que protejam os pequenos territórios camponeses da disputa territorial com o grande negócio.

## EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM POLO E EXTENSÕES: CAMINHOS DE INTERAÇÃO

A cada nova escola que se conquista no assentamento, ou antes, em um acampamento, cada jovem e adulto sem-terra que se alfabetiza, a cada curso de formação que se cria para formar os trabalhadores e as trabalhadoras da terra e do movimento social, ajuda-se a construir a identidade do sujeito Sem Terra.

Podem não conseguir alterar significativamente as estatísticas da educação no campo (a cada escola que se abre no campo, mais de uma se fecha no processo de exclusão social galopante), mas, certamente, é um sinal importante desse processo cultural de humanização, que passa a incluir a escola (CALDART, 2003, p. 67).

A escola é um lugar privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a produção de suas próprias expressões “ [...] a Educação do Campo, a partir de práticas pedagógicas do campo: tempos, ciclos da natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares” (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2013, p.97).

## EXPERIÊNCIA DO MODO DE VIDA RURAL COMO CONTEÚDO CURRICULAR

*Quando a gente se pergunta em torno do conteúdo, por exemplo, se pergunta sobre o currículo, o que é currículo, mais uma vez se defronta com estas separações. Pensa-se, afinal, mecanicamente, esquematicamente, em vez de dinamicamente. Esquecemos que os objetivos da prática não podem estar de maneira nenhuma esquecidos nem separados das maneiras como se faz a prática. (FREIRE, 1982, p. 92)*

Este tópico objetiva descrever algumas atividades que ocorreram na escola São Joaquim e que possuem estreita relação com a trajetória de construção da Educação no/do Campo. Em virtude de ser um relato de experiência restrito a poucas páginas (e da opção de contemplar todas as ações), vamos descrevê-las sucintamente, na forma de um Plano de Aula.

Os conteúdos apresentados na forma de práticas curriculares são: recuperação de nascentes no assentamento; oficina de frutos do cerrado; feira na escola; desenhando minha vida (cartografia social). Dessa forma, busca-se promover a ligação dos conteúdos escolares estudados com a realidade local, tensões e contradições presentes, objetivando permanente compreensão e reflexão.

Estas atividades foram desenvolvidas durante o período letivo e fazem parte do planejamento escolar – algumas delas diretamente relacionadas à temática: Terra, Vida e Trabalho.

## PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM

Este projeto teve como metodologia o planejamento participativo envolvendo os alunos do Ensino Fundamental Final e Médio, em parceria com a Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas, Companhia Energética de São Paulo (CESP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), por meio da realização de seminários e palestras sobre educação ambiental, tendo como foco a agricultura de base agroecológica.

Visa-se à recuperação e à recomposição da mata ciliar em pontos específicos do Córrego Sabina, dentro do Projeto do Assentamento São Joaquim, no sentido de contribuir para que se estabeleçam formas sustentáveis de aproveitamento da água dentro do sistema produtivo a partir de um princípio de justiça social e ambiental. Tal projeto estimulou a reflexão dos alunos acerca da importância da preservação ambiental no tocante à sustentabilidade do ambiente vivido.

Figura 07 – Participação dos alunos da Escola São Joaquim no plantio de mudas.



Fonte: Clariana Rioja, 2013.

## VALORIZAÇÃO DO SABER LOCAL: OFICINA DE FRUTOS DO CERRADO

O cerrado vem sofrendo degradação, primeiro com as atividades ligadas a pecuária e, atualmente, com a monocultura do eucalipto, que mantém poucas espécies como o pequi (*Caryocar brasiliensis*) em meio às plantações dos eucaliptos.

Em face dessa realidade, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, dentro do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus de Três Lagoas, na modalidade do Programa Nacional de Pós-Doutorado, objetivando divulgar a diversidade gastronômica oferecida pelos frutos do cerrado, se propôs à realização da oficina, “Aproveitamento e receitas elaboradas com frutos do Cerrado: recuperação do saber e da renda familiar”, desenvolvido pelo Professor Me. Paracy Correa Neves, da Universidade Estadual de Goiás, Campus de Quirinópolis-GO para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio e comunidade dos Projetos de Assentamentos e fazendas circundantes (Figura 08).

A oficina, realizada em dois momentos, tratou de conhecer, utilizar e divulgar os frutos do cerrado, estimulando o consumo *in natura* e a preparação de doces, geleias, bolos, licores, sucos e bombons como opção de renda e na complementação da alimentação, visto que o aproveitamento adequado pode gerar autoconsumo e renda para as comunidades locais, pois as frutas do cerrado são fontes de alternativas de proteínas, energia, vitaminas, cálcio, ferro, fósforo e ácido graxos.

Estimulou-se a reflexão dos participantes acerca da importância da preservação do cerrado, no tocante à sustentabilidade deste ambiente.

Figura 08 – Prática da oficina de frutos do Cerrado.



Fonte: [http://www.quirinopolis.ueg.br/noticia/22842\\_parceria\\_entre\\_ueg\\_e\\_ufms\\_leva\\_feira\\_do\\_cerrado\\_ate\\_mato\\_grosso\\_do\\_sul](http://www.quirinopolis.ueg.br/noticia/22842_parceria_entre_ueg_e_ufms_leva_feira_do_cerrado_ate_mato_grosso_do_sul).



## FEIRA NA ESCOLA

Essa experiência da feira na escola, envolvendo professores e alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental inicial, justifica-se como promoção do desenvolvimento do campo dos produtos que cada família assentada, filhos de pequenos proprietários ou de funcionários de fazendas, produz, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável dos camponeses.

Objetiva-se, desse modo, a permanência com dignidade na terra conquistada, na maioria das vezes pelos seus pais, estreitando a relação dos alunos dessa unidade escolar com a comunidade escolar e local.

Figura 09 – Feira na escola, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável



Fonte: Mieceslau Kudlavicz, 2016

## A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO TROCA DE SABERES: O LUGAR ONDE MORO

A Cartografia Social, como ressalta Gorayeb e Meireles (2014), constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e

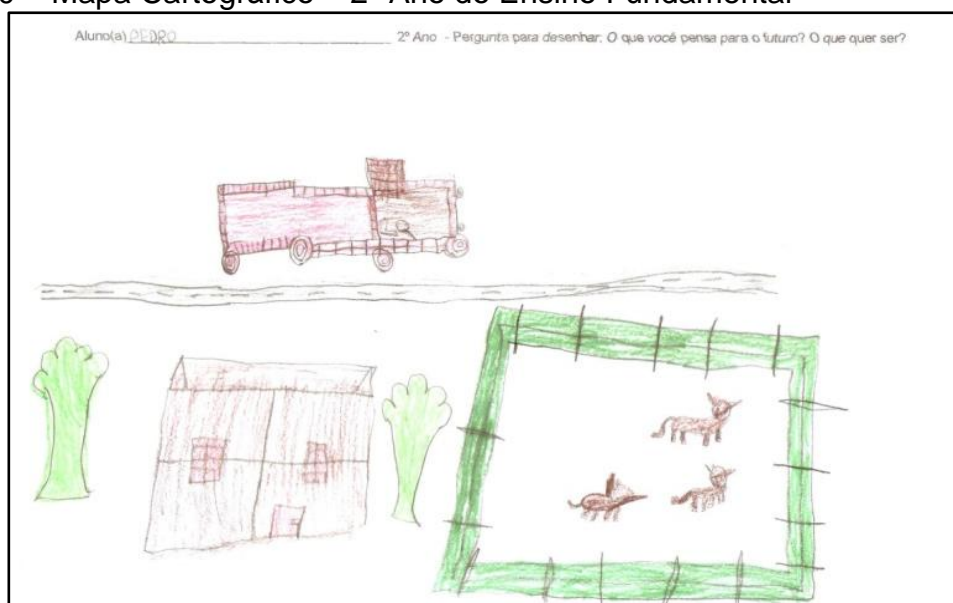
simbólicos, e permite às populações desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam, consolidando-se como instrumento de defesa de direito.

De acordo com os mesmos autores, o mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e apresentam o cotidiano de uma comunidade. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem.

Nessa perspectiva, os territórios das comunidades tradicionais se caracterizam por serem fortemente ligados ao campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante. Ou seja, o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, se aglutina, formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos.

A partir dessa alfabetização cartográfica, os alunos do Ensino Fundamental do 2º e 3º anos desenharam seus respectivos mapas sociais do lugar onde moram, demonstrando com seus “mapas do presente” o desejo da comunidade, seus sonhos, seus desejos (Figura 10). Os mapas cartográficos são abstração do mundo elaborado a partir de um ponto de vista.

Figura 10 – Mapa Cartográfico – 2º Ano do Ensino Fundamental





## AS EXPRESSÕES DO COTIDIANO RURAL COMO UM CAMPO DE DIÁLOGOS: DICIONÁRIO DA ROÇA

O conceito de etnografia vem sendo bastante estudado nas últimas décadas, já que há uma crescente nos estudos sobre as chamadas minorias, como: os negros, as mulheres, os homossexuais, os índios, os camponeses, entre outros grupos, que antes eram vistos na sociedade como objeto, que sofriam todos os tipos de exploração e hoje conseguem gerenciar sua vida, sendo protagonistas dela.

Para tanto, precisamos compreender o que significa a palavra etnografia em sua raiz. Esta deriva do grego, *ethos* (cultura) + *graphe* (escrita), ou seja, etnografia é a ciência que estuda as culturas de forma geral, trazendo para o centro aqueles que estavam marginalizados. Assim, a etnografia é um modo de perpetuar a história de determinado grupo, por meio do estudo da mesma, como seus usos e costumes.

É preciso ressaltar que a etnografia é o estudo sobre o Outro. Descobrir as facetas do Outro faz com que entendamos a nós mesmos. Há também uma relação íntima entre o pesquisador e o pesquisado, pois a convivência entre ambos será íntima, assim, as relações sociais poderão ser identificadas em suas mais variadas formas.

A acuidade de observar as formas dos fenômenos sociais implica na disposição do (a) pesquisador (a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível, em uma atitude individual. O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento (a) as regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 4).

É pela etnografia que se reconhece a cultura do Outro, bem como é uma forma de compreender a cultura de outrem, para que as pessoas possam conviver em harmonia, respeitando cada qual e convivendo com as diferenças.

A etnografia também pode ser utilizada na escola, a fim de compreender as “culturas escolares” (FINO, 2008, p.01). Assim, ao utilizar a etnografia na escola, o

professor conseguira identificar os grupos escolares e, conseqüentemente, compreenderá as especificidades de cada grupo, respeitando e valorizando o modo de ser dos participantes do mesmo. Pois o professor não só observará, como também poderá fazer parte deste grupo, de modo que possa compreendê-lo em sua essência.

A cultura actual da sala de aula baseia-se num cacho de coisas que andam juntas: uma teoria de aprendizagem, métodos de prática educacional e métodos para avaliar o progresso dos alunos. Da cultura, o professor retira um conjunto de crenças sobre o seu papel, sobre o que se considera que vale a pena aprender e como isso deve ser aprendido e ensinado (WEIR *apud* FINO, 2008, p.01).

É diante desse diálogo dentro da Escola São Joaquim que ressalto algumas das expressões que os alunos utilizam, tentando poetizá-la, mesclando-as com a música “Falou e disse” de Tião Carreiro e Pardinho.

Fazendo usos dos ditados populares, os alunos dizem: “que é mais fácil tirar bicho de pé em onça do que saírem ‘bem’ na prova de matemática”. Ficam, quando estão paquerando “mais felizes do que pintinho em cisco”. Aprenderam com seus pais ou avós que a “mão de pilão não joga peteca”, que o “cabo da enxada não tem divisa e que a bala do revólver não tem açúcar”. Nos dias em que são aplicadas as provas, satiricamente dizem que “chegou a hora da capivara roer o cano da carabina”, que “a rapadura é doce, mas não é mole não”.

Com conhecimento social, sabem que “a porca do parafuso nunca dá cria” e que “a casa do João-de-barro não tem goteira”. Zombam muito quando um dos colegas chega até a escola com muito material escolar e dizem que “um burro carregado de livros não é doutor”, e para os que querem pegar “carona” nos trabalhos avaliativos, caçoam que “macaco gordo é que quebra galho”.

Preservando os valores, sabem que a fofoca dos corredores não foi feita pela “língua da fechadura”, que a “pata do cavalo não bota ovo” e que o “cravo da ferradura não vai no doce”. Isso muito nos alegra, pois sabem que a “serra da Mantiqueira nunca serrou”, que eles “não vão picar a mula do campo”, que “sem o braço do camponês não existe produção”, que “sem o auxílio da lavoura não vai nada pro fogão”. Que “pra quem quer moleza toma sopa de algodão”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas breves considerações, podemos salientar que a disputa pela terra, essa entendida como a base da vida, tem marcado a história agrária do Brasil e também de Mato Grosso do Sul. Logo, a conquista do acesso à terra pelas populações menos favorecidas significou (significa) a possibilidade de exercício da cidadania e do viver com dignidade os direitos humanos, entre os quais o direito à educação (uma educação no/do campo, por oposição a uma educação rural), no lugar onde se vive e trabalha.

As reflexões apresentadas neste relato de experiência no processo de conquista da Educação do Campo no Brasil e em Mato Grosso do Sul - de forma específica o “caminho de construção” desta educação na Escola São Joaquim -, objetiva apontar as transformações que o campo e o sujeito vivem nas últimas décadas. Cabe afirmar que, no Estado de Mato Grosso do Sul a Educação do Campo foi construída de forma efetiva. Neste processo, a Escola São Joaquim foi considerada um marco desta relação de ensino-aprendizagem no/do campo, uma conquista que beneficiou toda a região: luta assumida pelos assentados locais, visando à sua sobrevivência material, social e cultural.

Todavia, o avanço dos monocultivos de eucalipto no entorno da escola, e dos assentamentos, não caminha em consonância com a agricultura familiar, uma vez que impõe o isolamento e o uso da mão-de-obra dos assentados como um “exército de reserva”, criando um círculo vicioso com a saída de adultos para trabalhar nos eucaliptais e a corrosão do modo de vida camponês, bem como do princípio da reforma agrária - que é tornar produtiva a terra desapropriada.

O caminho educacional traçado pela Escola São Joaquim é feito de erros e acertos. Os acertos ficam por conta da busca incansável de valorizar a percepção do aluno em relação ao campo, dando visibilidade ao modo de vida rural e a linguagem própria dessa cultura para que possamos viver a relação campo-cidade de forma a erradicar o preconceito contra o agricultor - realidade ainda hoje em nossa sociedade.

Acreditamos que a Escola pode ser a mola propulsora para outras políticas de desenvolvimento do campo quiçá mais humanas – voltadas à valorização da agri(cultura) e do modo de vida rural.

Logo, a emoção e a razão nos conduziram na escrita desse relato de experiência da trajetória de construção da Educação no/do Campo na Escola São Joaquim. Somos, portanto, objeto e sujeito deste pensar pedagógico e da ação prática, em que evidenciamos fatos históricos e aprendizagens que estão sendo tecidas no tempo presente. Enfim, na condição de peça constitutiva dessa realidade: como aluna, professora, moradora na comunidade rural e, no presente momento, estou diretora na Escola São Joaquim.

Importante ressaltar que parte significativa dos docentes da Escola São Joaquim participou desse curso de Especialização em Educação do Campo, isso abre novos caminhos para que possamos tornar significativo o Projeto Político Pedagógico para os protagonistas da comunidade escolar, partindo de uma reformulação representativa dos segmentos da escola. Resignificando o currículo, incorporando diversidade, história, geografia, cultura, dos sujeitos do campo. Posto que o assentamento é história: homens e mulheres são sujeitos de sua educação e dos saberes gerados. Pois, como bem retrata João Paulo A. de Lima, em seu poema “Educação no campo”, é preciso partir do local para o global, num verdadeiro exercício de consciência e de formação humana.

Deixamos por fim, e começo, nossa gratidão a todos/as que contribuíram com esse relato de experiência na materialização da concepção de Educação no/do Campo que defendemos e vivenciamos para o município de Selvíria/MS.

#### **Educação no campo**

No estudo de História  
Gosto de prestar atenção  
Falamos de Grécia e Roma  
Até de Napoleão  
Só não lembramos do município  
Sua origem e fundação

Também falamos das Américas  
De Colombo e de Cabral  
E esquecemos do que me interessa  
Da história do meu local  
Põem a culpa toda no livro

Que vem lá da capital  
Mas dizem que contempla os  
conteúdos  
Da avaliação nacional

A Geografia é do mundo  
Menos do meu mundo  
Não há riachos, nem cachoeiras  
Nem grotas, chã ou ladeira  
Só uma tal de vertente  
De uma realidade tão diferente  
Falamos da floresta equatorial  
Muito do Pantanal

E quase nada da caatinga  
Que é o meu normal

Não falam do umbuzeiro,  
xiquexique ou calombi  
Vegetação tão freqüente  
Nas matas do Cariri  
Mostram o Himalaia e o Monte  
Everest  
E pouco falam do Planalto do  
Borborema  
Bem aqui no nosso Agreste

Ensinam-me a ler gibi  
A escrever em um papel  
Mas na biblioteca que quero ir  
Não há nenhum cordel  
Falam de ponto, vírgula e  
travessão  
Mas esquecem da cultura  
Como fala o povão  
E não há ortografia  
Nem tão pouco Academia  
Que mude o sotaque das pessoas  
Do Sul ou do Sertão

A Matemática é tão distante  
Que não faz sentido não  
Ver expoente e metro cúbico  
Estudar tanta função  
Mas não saber de quadro ou conta

Pra medir a plantação

Em Ciências é parecido  
Falam muito de preservação  
Mas não mostram na prática  
Como mudar a situação  
Não explicam que as queimadas  
Provocam desertificação  
Que o desmatamento das matas  
Intensifica a erosão  
Que o pau-d'arco tão bonito  
Está à beira da extinção  
Por isso fico a pensar  
Se adianta a educação  
O porquê de eu estudar  
E se tudo não é ilusão  
A escola está no campo  
Mas os conteúdos não estão não

E se isso não mudar  
Vou embora pra cidade  
Pra tal da urbanização  
Praticar o êxodo rural  
Que pelo menos isso vi  
Na aula sobre migração

Autoria de João Paulo A. de Lima  
E-mail  
euconfioemvos2009@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire. Aparecida de. Abrindo caminhos para uma educação que valoriza os saberes do homem e da mulher do campo. In: **Educação do campo: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, módulo III**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013. pp.104-127.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

BERNARDI, Clacir José. Contexto geral da ocupação da terra ao longo da história. In: **Educação do campo: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, módulo III**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013. pp. 06-34.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n.1. pp. 60-81, Jan/Jun 2003.



ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: Saberes e Práticas.** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FINO, Carlos Nogueira. **A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais.** Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FREIRE, Paulo. **Sobre Educação: diálogos** (Paulo Freire e Sérgio Guimarães). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES Jeovah. **A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos.** Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/?eixo=>. Acesso em: 14 set. 2016.

KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação Básica do Campo.** v. 1. Brasília, DF: 1999.

KUDLAVICZ, Mieceslau. O sentido e a presença da CPT junto às famílias assentadas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A práxis agroambiental no chão do assentamento.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2015, p.27-34.

KUDLAVICZ, Miesceslau; ALMEIDA, Rosemeire, Aparecida de. Abrindo caminhos para uma educação que valoriza os saberes do homem e da mulher do campo. In: **Educação do campo: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, módulo III.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013. p.97.

LALUCE, Cícero Rogério Henrique. A Conquista do Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim: algumas considerações In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A práxis agroambiental no chão do assentamento.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2015, pp. 35-40.

LIMA, João Paulo A. **Educação do Campo.** Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/poesias/2396740>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Orgs.). **Educação No/Do Campo em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 2008.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões, 2012.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, 2003, p.310. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a24v08n1.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.